

Termo de Referência 25/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2024	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA. MARIA/RS	ALINE EGGRES DE CASTRO	15/03/2024 11:50 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23081.030984/2024-81

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de Materiais de Construção não estocáveis para UFSM, nos termos da planilha anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.1. As quantidades constantes da relação anexam serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois são bens usuais de mercado e não há necessidade de projetos adicionais para a formulação das propostas por parte da(s) empresa(s) participante(s).
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O produto fornecido fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus à UFSM.
- 1.5. Para os objetos que necessitem de montagem e instalação, estes deverão ser realizados pelo Licitante(s) Vencedor(es) no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega, sem ônus para a UFSM. O aceite e ateste do bem somente ocorrerá após a montagem/instalação dos objetos.
- 1.6. Para os itens do termo de referência que necessitem de instalação elétrica em que não conste a voltagem, deverá ser considerada 220 V ou bivolt, ou o fornecimento de transformadores, se for o caso, sem ônus para a UFSM.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares em anexo aos autos do processo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Catálogo

4.1. Para o julgamento e classificação das propostas o pregoeiro poderá convocar as licitantes para o envio do anexo, contendo os Catálogos do FABRICANTE com especificações técnicas detalhadas que comprove o atendimento do descritivo no termo de referência. Os licitantes que apresentarem catálogos incompletos poderão ter sua proposta desclassificadas. O prazo máximo para o envio dos mesmos será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Sustentabilidade:

4.3. No momento da entrega dos produtos, os mesmos devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de fornecimento dos produtos, objeto de cada Nota de Empenho, não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do mesmo. O prazo indicado pela unidade solicitante para a entrega parcelada do objeto empenhado deverá ser rigorosamente observado, sujeitando a licitante vencedora às cominações previstas no presente Edital.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos locais indicados mediante nota de empenho, no campus da UFSM em Santa Maria. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.19.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.19.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.19.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.19.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.19.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.19.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.19.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 511.732,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 511.732,00 (quinhentos e onze mil, setecentos e trinta e dois reais), conforme custos unitários apostos na tabela anexa*

9.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

9.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada por ocasião da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento hábil.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JANE LUCIA SARTORI LAMPERT

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo ao Termo de Referencia (Visualizacao).pdf (35.39 KB)

**Anexo I - Anexo ao Termo de Referencia
(Visualizacao).pdf**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Processo...: 23081.030984/2024-81 Pregão SRP 90006 / 2024 Data da Emissão: 15/03/2024

Abertura: Dia: 04/04/2024 Hora: 09:00:00

Objeto Resumido:

Modalidade de Julgamento : Menor Preço

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AREIA MÉDIA. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 6m³. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 216954.		Metro Cúbico	114,8500	300,00		
2	PEDRA BRITADA Nº 0 (PÓ DE PEDRA). ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 6m³. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 216956.		Metro Cúbico	129,8200	500,00		
3	PEDRA BRITADA Nº 1. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 6m³. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 216957.		Metro Cúbico	121,5000	400,00		
4	PEDRA BRITADA Nº 2. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 6m³. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 216958.		Metro Cúbico	123,0000	300,00		
5	CAL ESPECIAL P/PINTURA, COM FIXADOR, EMBALADO EM SACOS C/ 5 kg. ENTREGA PARCELADA conforme necessidades das subunidades da UFSM. Validade mínima de 90(noventa) dias a contar da data da efetiva entrega do produto junto a UFSM. Quantidade mínima solicitada 5 sacos. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 396007.		Embalagem	14,5000	100,00		
6	CAL HIDRATADA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL CH-II, SACO DE 20kg. ENTREGA PARCELADA conforme necessidades das subunidades da UFSM. Validade mínima de 90(noventa) dias a contar da data da efetiva entrega do produto junto a UFSM. Quantidade mínima solicitada 5 sacos. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 248941.		Saco	20,1700	100,00		
7	CIMENTO PORTLAND POZOLÂMICO CLASSIFICAÇÃO CP-IV (NBR 5736), COM SELO DE QUALIDADE ABCP, EMBALADO EM SACOS COM 50kg, entrega PARCELADA conforme necessidades UFSM. Validade mínima do produto: 90 dias a contar da data de efetiva entrega do produto na UFSM. Quantidade mínima solicitada 10 sacos. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 233636.		Saco	45,9800	400,00		
8	CIMENTO-COLA (ARGAMASSA) P/ ASSENTAMENTO DE PISOS E AZULEJOS, USO INTERNO, TIPO ACI, COR CINZA, DENSIDADE 1.5g/cm³, SACO COM 20 kg, validade mínima 12 meses a partir da data de efetiva entrega do produto. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 1 saco. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 315169.		Saco	15,2100	30,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	CIMENTO-COLA (ARGAMASSA) P/ ASSENTAMENTO DE PISOS E AZULEJOS, USO INTERNO, TIPO ACI, COR CINZA, DENSIDADE 1.5g/cm³, SACO COM 5 kg, validade mínima 12 meses a partir da data de efetiva entrega do produto. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 1 saco. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 315169.		Saco	7,1700	50,00		
10	MASSA PARA ASSENTAMENTO DE VIDROS / MASSA DE VIDRACEIRO. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 25Kg. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 241760		Kilogramas	15,0800	500,00		
11	REJUNTE PARA PORCELANATO E CERÂMICAS cor BRANCO, tipo II, pacote com 1 Kg. Para aplicação em ambientes internos e externos, para pisos e paredes em áreas com presença frequente de água. Juntas de assentamento: 1 mm até 10 mm. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 5Kg. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 405159.		Saco	7,6000	100,00		
12	TIJOLOS MACIÇOS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS 5x10x23cm. Cotar o preço do milheiro. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 1 milheiro. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 216904.		Milheiro	1.006,6600	30,00		
13	TIJOLO SEIS FUROS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS 9x14x19cm. Cotar preço do milheiro. ENTREGA PARCELADA de acordo com necessidades da UFSM. Quantidade mínima solicitada 1 milheiro. Local de entrega campus de SANTA MARIA/RS. CATMAT: 271931.		Milheiro	1.049,5900	30,00		
14	Tarugo de espuma para colocação dos vidros das janelas e portas de alumínio. Os tarugos à base de polietileno expandido, são a solução prática e econômica para instalação de vidros em esquadrias e divisórias, juntas de dilatação na construção civil e vedação de gabinetes de ar condicionado. Cor cinza ou preto, espessura 10mm, fornecido em rolo com 50 metros. Cotar preço do rolo de 50m. CATMAT: 359511.		Rolo	49,2800	100,00		
15	Tubo de aço carbono galvanizado 1.1/2" classe média com costura, espessura da parede 3,35mm, com rosca, barra de 6m conforme ABNT EB 182 (NBR 5580:2015). ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 364791.		Unidade	324,9500	30,00		
16	Tubo de aço carbono galvanizado 1.1/4" classe média com costura, espessura da parede 3,35mm, com rosca, barra de 6m conforme ABNT EB 182 (NBR 5580:2015). ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 364792.		Barra	293,0800	30,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	Tubo de aço carbono galvanizado 2.1/2" classe média com costura, espessura da parede 3,75mm, com rosca, barra de 6m conforme ABNT EB 182 (NBR 5580:2015). ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 366141.		Barra	585,0000	30,00	_____	_____
18	Tubo de aço carbono galvanizado 2" classe média com costura, espessura da parede 3,75mm, com rosca, barra de 6m conforme ABNT EB 182 (NBR 5580:2015). ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 214778.		Barra	465,0000	50,00	_____	_____
19	VIDRO CANELADO 4mm chapa de 1,70m X 2,20m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 384618.		Chapa	357,0000	20,00	_____	_____
20	VIDRO LISO 3mm chapa de 1.60m x 2.20m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 254261.		Chapa	246,6600	60,00	_____	_____
21	VIDRO LISO 4mm chapa de 1.60m x 2.20m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 254262		Chapa	359,0400	180,00	_____	_____
22	VIDRO LISO 5mm chapa de 1.60m x 2.20m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 254258.		Chapa	424,7200	100,00	_____	_____
23	Ferro para construção CA-50 6,3mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 255769.		Barra	29,1900	100,00	_____	_____
24	Ferro para construção CA-50 8,0mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 255768.		Barra	49,7700	100,00	_____	_____
25	Ferro para construção CA-50 10,0mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 255824.		Barra	66,3900	100,00	_____	_____
26	Ferro para construção CA-50 12,5mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 271701.		Barra	97,5000	100,00	_____	_____
27	Ferro para construção CA-60 4,2mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 292022.		Barra	16,5100	100,00	_____	_____
28	Ferro para construção CA-60 5,0mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 232763.		Unidade	19,1500	100,00	_____	_____
29	Ferro para construção CA-60 6,0mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as		Barra	21,0000	100,00	_____	_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**95591764000105****Anexo ao Termo de Referência**

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	necessidades da UFSM. CATMAT: 449431.						
30	Ferro para construção CA-60 8,0mm. Produzido de acordo com as especificações da norma NBR 7480. Barras de 12m. ENTREGA PARCELADA de acordo com as necessidades da UFSM. CATMAT: 233135.		Barra	63,9900	100,00	_____	_____
31	Massa para correção de imperfeições, emulsão acrílica, tapa furo, não racha, não retrai, correção em uma única aplicação, pode ser aplicada em madeira, concreto, reboco e gesso, aceita qualquer tipo de acabamento base água ou solvente. Pote de 340g. Apresentar catálogo. CATMAT: 223505.		Pote	56,8500	80,00	_____	_____

Informar:

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço, Local e Estado: _____

Cep: _____ Fone/Fax: _____ Telex: _____

Nome do Banco: _____ Nome da Agência: _____ Número da Agência: _____

Número Conta Bancária: _____ Data: ____/____/____

Assinatura